

# CONGRESSO, CODINOME CRISE

A LISTA DE RODRIGO JANOT,  
PROCURADOR-GERAL, AZEDA  
O CLIMA NO PARLAMENTO

por RODRIGO MARTINS

**O**S POUCOS e incertos nomes vazados da lista enviada na terça-feira 3 ao Supremo Tribunal Federal pelo procurador-geral, Rodrigo Janot, foram suficientes para exterminar os últimos resquícios de equilíbrio e sanidade no Congresso. O clima só tendia a piorar no fim de semana, diante da possibilidade de o ministro Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato no STF, não decretar o sigilo dos inquéritos contra políticos na sexta-feira 6, após o fechamento desta edição. Pelas especulações na noite da quinta 5, o total de parlamentares no exercício do

mandato que poderiam se tornar alvo de investigações chegaria a 45, entre 54 citados. Nenhum expoente da oposição deve entrar na mira, embora o alcance da influência do doleiro Alberto Youssef não exclua a possibilidade de isso vir a acontecer em um futuro não muito distante. O principal líder oposicionista, Aécio Neves, foi citado nas delações premiadas, mas a Procuradoria-Geral da República decidiu pedir o arquivamento do inquérito contra o senador por falta de consistência. Ao mesmo tempo, o sonho dos fomentadores do *impeachment* não se concretizou: a presidenta Dilma Rousseff nem sequer aparece entre os citados.

Sem a oposição e sem a presidenta ou alguém do núcleo do poder, o principal efeito

da lista de Janot, caso as especulações se confirmem, foi transformar o Parlamento no foco da crise política. Encabeçam o grupo de parlamentares a serem investigados os dois mais influentes peemedebistas do momento: o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e o presidente do Senado, Renan Calheiros. Além da dupla, fulgurariam os senadores Romero Jucá e Edison Lobão, do PMDB, Fernando Collor de Mello, do PTB, Ciro Nogueira, presidente nacional do PP, os petistas Lindbergh Farias e Humberto Costa, além do casal Gleisi Hoffmann, ex-ministra da Casa Civil, e Paulo Bernardo, ex-ministro das Comunicações, este último sem mandato.

Os onipresentes Antonio Palocci e José Dirceu também seriam citados, além do



GUSTAVO LIMA, GIVALDO BARBOSA/JAG, O GLOBO, FABIO LORIGUES/POZZEBOM/JAG, BRASIL, WENDERSON ARAUJO/JATF E DORIVAN MARINHO/STF



*A retaliação de Renan Calheiros veio a cavalo*



*E Eduardo Cunha não honrou o ditado: vingança em prato quente*



**A Câmara aprova em primeira votação a PEC da Bengala**



**Janot optou pela cautela. Zavascki vai decidir sobre o sigilo das investigações**



tesoureiro do partido, João Vaccari Neto. Eles entraram na mira dos procuradores após Youssef admitir a intermediação de pagamentos da empreiteira Camargo Corrêa e da Mitsui Toyo Setal ao PT, por meio dos três. “Julio Camargo possuía ligações com o Partido dos Trabalhadores, notadamente com José Dirceu e Antonio Palocci”, registrou o delator em depoimento de outubro. Dirceu apareceria na contabilidade da propina com o codinome “Bob”, além de ter usado um jato do lobista, emendou o doleiro.

Em retaliação, os líderes do PMDB submeteram o Palácio do Planalto a um martírio nos últimos dias. O mais exaltado foi Calheiros. Na segunda 2, quando os boatos de sua inclusão na lista do

WENNERGOUN AKRAJUUJIAFF E DURIVAN MARINBUJISIF



## REPORTAGEM DE CAPA

Madame Hoffmann e mister Bernardo estão na lista

Aécio Neves se livrou, mas a história da Lava Jato ainda não acabou

procurador-geral tomavam corpo, o presidente do Senado recusou-se a participar de um jantar com Dilma Rousseff. Segundo ele, sua presença em um evento de caráter partidário iria “apequenar” o Congresso. Na terça, em contraste com uma interpretação formulada por ele mesmo anos antes, a de que uma Medida Provisória só pode ser recusada por decisão do plenário, devolveu sem maiores considerações a MP que eliminava benefícios fiscais às empresas concedidos pelo governo. Parte importante do ajuste fiscal, a medida agora terá de ser encaminhada no formato de projeto de lei, o que tende a atrasar a aprovação das regras.

**N**a quarta, foi a vez da Câmara. Por maioria esmagadora (318 votos contra 131), os deputados aprovaram em primeiro turno a PEC da Bengala, que estende de 70 para 75 anos a idade-limite para a aposentadoria de juizes nas cortes superiores. Se aprovada, a proposta tirará de Dilma a possibilidade de indicar cinco novos ministros do Supremo até o fim de seu mandato. O pior: a regra segue na contramão dos países desenvolvidos, onde é costume estabelecer mandatos fixos para os magistrados.

Calheiros foi arrastado para o escândalo na Petrobras após a contadora Meire Poza, ex-funcionária de Youssef, declarar em 2014 que o doleiro e o senador negociaram uma operação financeira de 25 milhões de reais com o fundo de pensão dos Correios, o Postalis, cujos dirigentes foram indicados pelo PMDB. Segundo a contadora, o negócio não se concretizou pelo fato de Youssef ter sido preso dias depois de se encontrar com o presidente do Senado. Calheiros também era o padrinho de Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, investigado pelo Ministério Público Federal.



O onipresente Palocci não poderia ficar de fora

Como CartaCapital revelou no ano passado, os procuradores encontraram indícios de direcionamento e dano ao Erário na contratação do consórcio Estaleiro Rio Tietê para a construção de 20 comboios de barcaças usadas no transporte de etanol pela Hidrovía Tietê-Paraná, ao custo de 239 milhões de dólares. Até agora, nenhuma barcaça foi entregue.

Cunha, por sua vez, foi citado pelo ex-policial federal Jayme Alves de Oliveira Filho, vulgo Careca. No fim do ano passado, o policial admitiu servir de pombo-correio da propina distribuída por Youssef e garantiu ter entregue malas de dinheiro na casa do deputado fluminense. Em janeiro, Careca apresentou uma retificação

das suas declarações, na qual alegava desconhecer o proprietário do imóvel. Mas o endereço fornecido levou investigadores à casa do advogado Francisco José Reis, aliado do deputado estadual Jorge Picciani, presidente do PMDB no Rio de Janeiro. Para preparar sua defesa, Cunha sonda o ex-procurador-geral da República Antonio Fernando de Souza.

Há tempos os rumos da Operação Lava Jato e os constantes vazamentos da investigação irritam parlamentares do PMDB. “É muito estranho ver integrantes do governo se reunirem constantemente com o chefe do Ministério Público Federal. José Eduardo Cardozo parece estar confuso em relação ao cargo que ocupa. O Ministério da Justiça é um órgão do governo federal, e não do Judiciário”, afirma o deputado Lúcio Vieira Lima, do PMDB da Bahia. O peemedebista critica a forma como as delações premiadas foram homologadas. “São declarações de criminosos confesos. Só deveriam ser aceitas se apresentassem provas irrefutáveis, que permitissem a recuperação do dinheiro público desviado e a prisão dos corruptos. Não faz sentido homologar a delação para depois pedir abertura de inquérito, e não a propositura de denúncia.” Dessa forma argumenta



Vieira Lima: o PMDB suspeita da interferência do Palácio do Planalto

o parlamentar, Janot jogou os suspeitos na mesma vala, mesmo aqueles citados “sem prova substancial”. O procurador defende-se. Em carta aos colegas de Ministério Público, disse esperar ataques a seu trabalho e afirmou-se tranquilo.

**P**ara agravar o clima de desconfiança, uma declaração do ministro da Educação, Cid Gomes, despertou a ira dos congressistas. Durante um evento no Pará, Gomes mencionou a existência de 300 ou 400 “achacadores” no Congresso. Em resposta, Eduardo Cunha mobilizou seu bloco e aprovou a convocação do ministro para esclarecimentos. O presidente da Câmara ainda retirou da pauta o projeto que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (Insaes), entidade destinada a avaliar e regular as faculdades no País.

Cunha não esperou o prato da vingança esfriar. Apesar de ter entregue a relatoria da CPI da Petrobras ao deputado petista Luiz Sérgio, após aceno de trégua com o Planalto no fim de fevereiro, o peemedebista tratou de esvaziar as funções do relator assim que pôde. Em um segundo gesto de afago à oposição, permitiu a criação de quatro sub-relatorias, ocupadas por PSDB, PTB, PSC e PR. O primeiro foi impedir a apuração de denúncias de corrupção na Petrobras durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o que enfureceu a bancada petista.

“Uma CPI republicana deve investigar tudo, doa a quem doer. Não pode apurar só o que a oposição deseja”, queixa-se o líder do governo na Câmara, José Guimarães. O ex-gerente da estatal Pedro Barusco, lembra o parlamentar, admitiu receber propinas desde 1997. “Além de se beneficiarem dos vazamentos seletivos da operação, agora eles tentam emplacar uma investigação seletiva.” Diante do clima de traições, a primeira sessão da CPI não poderia ter terminado de outra forma a não ser em um bate-boca que quase levou parlamentares às vias de fato.

Segundo o deputado Ivan Valente, do PSOL, dos 50 deputados que integram a comissão, entre titulares e suplentes, ao menos 27 receberam doações das empreiteiras investigadas na Lava Jato. “Eles deveriam se declarar impedidos de participar da CPI, pois é evidente a pressão a ser feita pelos doadores de campanha”, afirma. O deputado petista Luiz Sérgio, relator da comissão, admite que recebeu contribuições das empresas, mas assegura que tudo está registrado na Justiça Eleitoral. “Na eventualidade de algum parlamentar da CPI ser

investigado pela Lava Jato, aí sim haveria um conflito de interesses.”

Luiz Sérgio se diz disposto a acatar as propostas da oposição, desde que haja pertinência com o tema investigado. “Recebemos mais de 240 requerimentos, mas alguns não têm a menor relação com a Petrobras. Querem ouvir Aldemir Bendine, que acabou de assumir o comando da estatal, e a socialite Val Marchiori.”

**E**ssas solicitações partiram do deputado Paulinho da Força, presidente do Solidariedade, interessado em explorar a acusação de que o ex-presidente do Banco do Brasil favoreceu a amiga Marchiori em empréstimos concedidos pela instituição financeira. “Qual é o objetivo de chamar uma socialite para depor contra Bendine, senão armar um espetáculo para a tevê?”, pergunta o relator. Paulinho parece, aliás, o único parlamentar que continua realmente a acreditar na possibilidade de apurar o poder a presidenta. O deputado diz pretender encaminhar um pedido de *impeachment*, apesar da ausência de citações a Dilma Rousseff nos inquéritos.

O fato de ter sido excluído das investigações (a Procuradoria-Geral teria encaminhado um pedido de arquivamento das

## COM OS PEDIDOS DE INVESTIGAÇÃO, O CONGRESSO É O RETRATO DO CAOS



Luiz Sérgio, apunhalado pelas costas



A primeira sessão da CPI da Petrobras resume a situação

## REPORTAGEM DE CAPA

Possíveis nomes na lista: Nogueira, do PP, Jucá, do PMDB, e os petistas Vianna e Costa

denúncias contra ele) reanimaram Aécio Neves, que promete ser implacável na CPI. Sobre a menção a seu nome nas delações da Lava Jato, afirmou receber a notícia do arquivamento como uma “homenagem”. E voltou à carga: “Foram infrutíferas as tentativas de setores do governo de envolver a oposição na investigação”.

**Q**uem envolveu o tucano na história foi, no entanto, o doleiro, que o acusou de receber dinheiro proveniente de propina de Furnas, estatal mineira do setor elétrico, por meio “de sua irmã”, sem maiores detalhes. A citação pode ser encontrada no Termo de Colaboração número 20, assinado pelo doleiro no fim do ano passado, e que tem como tema principal: “Furnas e o recebimento de propina pelo Partido Progressista e pelo PSDB”.

O depoimento de Youssef apresentava, é verdade, muitas imprecisões. Não havia clareza sobre a qual das duas irmãs de Aécio o doleiro se referia na delação, embora Andrea Neves seja, entre elas, a de maior atuação política. Além do senador tucano, foram citados o ex-deputado do PP José Janene, falecido em 2009, e um executivo da empresa Bauruense. O doleiro relatou aos investigadores que recolheu propinas na Bauruense, prestadora de serviços para Furnas, em dez ocasiões. Em uma dessas visitas teria sido informado de que o repasse não seria feito integralmente, pois 4 milhões de reais haviam sido coletados por “alguém do PSDB”. Youssef disse desconhecer quem havia retirado parte da comissão, mas mencionou que o então deputado Aécio Neves teria grande influência sobre a diretoria de Furnas.

Diante da acusação de interferência do Planalto nos rumos da Operação Lava Jato, coube ao ministro das Relações

## NO PARANÁ, AVANÇAM AS NEGOCIAÇÕES COM EXECUTIVOS DA CAMARGO CORRÊA

Institucionais, Pepe Vargas, rebater as insinuações. “Não há absolutamente nenhuma possibilidade de o governo incluir ou tirar alguém da lista. Até porque isso significaria fazer uma especulação de que o Ministério Público seria influenciado, não teria autonomia e independência.” Agora, Vargas tenta estancar a crise na base governista. Na quarta-feira 4, promoveu um encontro da presidenta com líderes dos partidos aliados no Congresso. O governo assumiu o compromisso de não apresentar projetos de maior relevância sem consultar os aliados.

**C**om o núcleo do governo preservado das investigações, Dilma Rousseff viu-se livre para dar outro passo na missão de acalmar os ânimos gerais da nação. Gravou na quinta-feira 5 um pronunciamento de rádio e teve que ir ao ar no domingo 8. A pretexto de comemorar o Dia Internacional da Mulher, a petista vai anunciar o envio ao Congresso de um pacote anticorrupção, uma tentativa de se distanciar do escândalo da Petrobras.

A Procuradoria-Geral da República adiou a remessa de pedidos de abertura de inquéritos contra governadores citados nas delações premiadas. A expectativa era de que os processos chegassem ao Superior Tribunal de Justiça na quarta-feira 4, mas a remessa ficou para a segunda semana de março. Um dos alvos seria o governador do Acre, Tião Viana, do PT. As iniciais de seu nome (“TVian”) apareceram em uma agenda apreendida na casa de Paulo Roberto Costa. Ao lado, um número: “0,3”. Em depoimento, o delator afirmou que o algarismo correspondia a um repasse de 300 mil reais para a campanha do petista em 2010. Viana nega a acusação e ajuizou uma ação contra o ex-diretor da Petrobras.

Enquanto isso, no Paraná, os investigadores apertam o cerco às empreiteiras. O acordo de delação premiada de dois executivos da Camargo Corrêa, o presidente, Dalton Avancini, e o vice, Eduardo Leite, animam a Polícia Federal e o Ministério Público. Ambos desistiram dos recursos apresentados à Justiça e concordaram em colaborar com as investigações em troca de prisão domiciliar. Espera-se que as delações revelem novos nomes de funcionários da Petrobras envolvidos no esquema, ampliem o foco da apuração para outras estatais e auxiliem no rastreamento dos recursos desviados. Como afirmou em palestra recente no Paraná, o juiz Sergio Moro parece disposto a seguir uma velha lição de quem investiga crimes de colarinho-branco: *follow the money*. Em bom português, seguir o dinheiro. •